

ARTIGO

Popular ou populista

COLABORADOR
BRUNO TERRA DIAS

opinia@hojeemdia.com.br

Continua a gerar efeitos a entrevista do juiz Roberto Bacellar, candidato à presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros, publicada no 'O Estado de S. Paulo' (11/8). O entrevistado teria afirmado, em primeiro instante, ser favorável à pena de morte para magistrados corruptos. Depois, teria retificado, em parte, suas declarações para especificar caráter metafórico ao que anteriormente havia sido dito com ênfase.

A entrevista, concedida no calor de disputa eleitoral classista, merece atenção, por expressar aparência popular e essência populista, voltada a justificar ingresso ou manutenção de grupo em postos de influência na República. Em nova entrevista, ao **Hoje em Dia** (20/8), retomado o tema, o candidato relativizou suas declarações, reforçando tratar-se de figura de linguagem, com o intento de mais grave apenamento dos membros corruptos da magistratura; porém não tocou nas causas da corrupção e não sugeriu alternativas. Pena de morte, em sentido próprio ou figurado, visando uma classe, é pretensão defensável?

O argumento do combate ao corrupto, mas não à corrupção, como alavanca de candidaturas ou estratégia de permanência no poder, tem antecedentes na história republicana brasileira. Citamos alguns casos, de comum conhecimento: Getúlio Vargas, acusado por Carlos Lacerda de governar em um "mar de lama", não resistiu ao

atentado da Rua Toneleiros, no Rio de Janeiro, levado a efeito por gente da estrutura do seu governo, e suicidou-se, deixando a nação com sentimento de orfandade; Jânio Quadros, eleito sob o signo da "vassourinha", com que pretendia varrer os corruptos do país, renunciou e mergulhou o Brasil em incertezas, que culminaram em 1964 e em 21 anos de ditadura, guerrilha, sequestros, tortura e mortes, além de descrédito das instituições, aposentadorias e afastamentos precoces de magistrados de todas as instâncias, inclusive no STF; Fernando Collor, eleito com o bordão da "caça aos marajás", confiscou ativos financeiros, desiludiu o povo e terminou cassado pelo Congresso Nacional.

Em todos os momentos assinalados, grupos antidemocráticos ingressaram, se mantiveram ou se consolidaram no Poder, com consequências devastadoras para a nação. Em período de normalidade democrática, esse tipo de argumento, de falsa moralidade, que não combate as causas do mal, mas permite sua sobrevivência em formas mais sofisticadas e elitistas, merece prosperar? As posições de influência na República podem ser ocupadas por quem prega o retorno do que já foi tão pernicioso ao nosso país?

O populismo demagogo, como estratégia de busca de espaços em esferas de poder, já foi reiteradamente reprovado na história do Brasil e não merece oportunidade para retorno.

(*) Juiz de Direito, ex-presidente da Amagis

